

Brasil: garanta justiça para adolescentes mortos em incêndio do Flamengo

Caso evidencia urgência de medidas de proteção e reformas em centros de treinamento

(Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2025) – Relatos de que supostas [falhas sistêmicas](#) no maior clube de futebol do Brasil levaram à morte de 10 jovens atletas em um incêndio em 2019 levantam questões críticas sobre medidas de proteção e responsabilização no esporte brasileiro, afirmou hoje a [Sport & Rights Alliance](#).

A [absolvição](#) de dirigentes do Flamengo em 21 de outubro de 2025 foi devastadora e contradiz evidências de que o Flamengo falhou em proteger os atletas, disseram grupos de familiares das vítimas. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro [recorreu da decisão](#).

Por pelo menos quatro anos antes do incêndio, segundo reportagens, o [Flamengo desrespeitou normas locais](#), recebeu diversas multas e [chegou a ser processado pelo Ministério Público](#) estadual em 2015 por oferecer condições inadequadas e alojamentos precários aos jovens jogadores de sua base. Em fevereiro de 2019, cinco dias após o incêndio que provocou vítimas, um [juiz concluiu que o clube não havia cumprido](#) as determinações da ação civil e proibiu a entrada de crianças e adolescentes no centro de treinamento. Após novas inspeções que atestaram o cumprimento das normas, em [junho de 2019 o juiz autorizou](#) a reabertura das instalações e encerrou o processo.

“As denúncias sobre as condições da base do Flamengo – o clube de futebol mais popular e lucrativo do Brasil – são extremamente alarmantes”, disse [Andrea Florence](#), diretora executiva da Sport & Rights Alliance. “Mesmo após ter sido processado por falhas na proteção de crianças e adolescentes anos antes do incêndio, o clube estaria operando sem alvarás básicos de incêndio e alojando jovens atletas em contêineres altamente inflamáveis, com graves defeitos estruturais. Enquanto o Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo Feminina da FIFA em 2027, este caso é um importante alerta para a necessidade urgente de fortalecer medidas de segurança no esporte.”

A [Associated Press](#) e o [New York Times](#) publicaram denúncias detalhadas de negligência sistêmica nas instalações, que, segundo eles, pode ter criado uma armadilha mortal para os 10 adolescentes de 14 a 16 anos que morreram no centro de treinamento Ninho do Urubu. Como retratado em uma [minissérie documental de 2024 da Netflix](#), os jovens eram supostamente alojados em contêineres temporários e inflamáveis instalados em um estacionamento, com grades nas janelas.

A Sport & Rights Alliance [enviou uma carta](#) ao Clube de Regatas do Flamengo em 12 de novembro solicitando respostas. O clube não respondeu.

“O incêndio no Flamengo não é apenas um trágico acidente; ele revela as graves consequências da exploração generalizada e do cuidado inadequado com jovens talentos em programas de formação de jogadores em algumas partes do mundo”, afirmou Alex Phillips, secretário-geral da [FIFPRO](#), o sindicato global de jogadores de futebol. “A indústria global

do futebol de elite depende de jovens cuja segurança é confiada a centros de formação em clubes como o Flamengo. Não garantir justiça neste caso representa um retrocesso para a segurança de jovens jogadores no Brasil e além.”

Em outubro, [veículos de imprensa no Brasil](#) divulgaram gravações registradas pela jornalista Renata Mendonça expondo condições precárias no centro de treinamento do time profissional feminino do Flamengo. O vídeo revela pisos quebrados, vestiários em contêineres com água de torneira escura e a falta de infraestrutura adequada de fisioterapia e academia. O Flamengo ainda não se pronunciou.

“Se essas denúncias forem verdadeiras, o governo brasileiro precisa garantir que o clube seja responsabilizado pela grave negligência e pelas condições deploráveis oferecidas a atletas da base e dos times femininos”, disse Minky Worden, diretora de iniciativas globais da [Human Rights Watch](#). “As famílias das vítimas do Ninho do Urubu lutam incansavelmente há seis anos por justiça e reformas. A comunidade esportiva global precisa ouvi-las e agir com urgência para garantir que uma tragédia como essa nunca mais se repita.”

A Sport & Rights Alliance se posiciona em total solidariedade com a [Associação de Familiares de Vítimas do Incêndio no Ninho do Urubu \(Afavinu\)](#), que divulgou uma nota após a decisão judicial destacando ser uma profunda “afronta à memória das vítimas e aos sentimentos da sociedade como um todo”. Famílias que confiam seus filhos a centros de formação como o do Flamengo devem ter a garantia de que não apenas seu treinamento e talento, mas também sua segurança, acomodação e direitos humanos serão respeitados e protegidos, afirmou a Aliança.

Em novembro de 2024, o [Brasil aprovou uma lei](#) que exige que entidades esportivas que recebem recursos públicos adotem e cumpram medidas de proteção, ressaltando que o fortalecimento da segurança de crianças, adolescentes e mulheres atletas seria seu “legado” como país-sede da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027.

Para concretizar esse legado, o governo brasileiro e as autoridades esportivas deveriam também assegurar justiça e reparação às famílias dos jovens atletas do Flamengo e trabalhar conjuntamente para criar uma entidade nacional independente de proteção no esporte, responsável por monitorar e receber denúncias. O direito à segurança de crianças e mulheres atletas é inegociável, e organizações esportivas têm a responsabilidade de proteger todas as pessoas sob seus cuidados.

Sobre a Sport & Rights Alliance

A missão da Sport & Rights Alliance é promover os direitos e bem-estar de pessoas impactadas pelos riscos de violações de direitos humanos associados à realização de atividades esportivas. Nossos parceiros incluem **Anistia Internacional, The Army of Survivors, Building and Wood Workers’ International (BWI), Football Supporters Europe, Human Rights Watch, ILGA World (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo), a Confederação Sindical Internacional (ITUC), Repórteres sem Fronteiras (RSF), Transparência Internacional e a World Players Association, UNI Global Union.**



Como uma coalizão global de organizações não governamentais e sindicatos, a Sport & Rights Alliance atua em conjunto para garantir que entidades esportivas, governos e demais partes interessadas promovam um mundo do esporte que proteja, respeite e cumpra os padrões internacionais de direitos humanos, direitos trabalhistas, bem-estar infantil e esporte seguro, além de medidas de combate à corrupção.

